



10ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

28 de abril de 2009 – 9:30 horas

PAUTA

Expediente:

- I. Informe sobre uso de recursos para execução da sede do Parque Natural da Cratera da Colônia.
- II. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Deliberação sobre projeto Revivendo-Reciclando-Revitalização da coleta seletiva em Santo Amaro, por meio da recuperação da Cooperativa de Catadores da Granja Julieta (Instituto Gea – Ética e Meio Ambiente).
- II. Apresentação da Posição Orçamentária e Recursos Disponíveis para Financiamento de Projetos pelo FEMA..

Anexos:

- I. Relatório da Avaliação Técnica do Projeto Revivendo-Reciclando.



Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas, vamos dar início então a 10ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA. Nós vamos começar até com um item que eu tenho dúvidas se é um informe ou se é já uma deliberação sobre uma direção no recurso que vou estar relatando pra vocês. Pela primeira vez o FEMA recebeu recursos determinados né, numa multa Ambiental do Ministério Público Estadual para que fosse depositado no FEMA e junto com essa determinação de depósito veio também a seguinte determinação, a seguinte orientação, que, então a quantia hora ajustada e fala da compensação ambiental, que deve ser depositada no FEMA e utilizada exclusivamente para o desenvolvimento de projeto de avaliação e monitoria pela SVMA das áreas de importância ambiental no município de São Paulo, incluídas as áreas de proteção ambientais, **EPAM** então as áreas que são relacionadas como áreas de importância ambiental. Então, nós fizemos uma discussão na secretaria e o que foi decidido é que esse recurso seria então utilizado pra execução da sede do parque natural da cratera da Colônia, na área da APA, da APA SUL, que é um instrumento fundamental pra essas atividades explicitadas pelo Ministério Público, em relação a monitoramento e proteção ambiental em área de relevância ambiental também. Então, como estamos? Hoje o Furnas tinha um compromisso já anterior de estar custeando o projeto básico e o executivo desse equipamento, dessa edificação. Então, está no final o projeto executivo depois ele viria para a secretaria pra ser feita a licitação pra execução da obra. Então nesse momento a gente estaria aprovando a destinação, assim que a gente tiver o processo licitatório desencadeado, os valores e tal, a gente traz de novo pra informar aos conselheiros. Então tá aberto para conversa. Miriam?

Cons. Miriam Barcellos: Eu gostaria de ter mais algumas informações, tá se falando da cratera?

Coordenadora Helena Magozo: Isso, do parque da cratera.

Cons. Miriam Barcellos: Do parque da cratera?

Coordenadora Helena Magozo: Isso.

Cons. Miriam Barcellos: E uma edificação?

Coordenadora Helena Magozo: Isso, porque essa edificação é considerada de muita importância pra se poder fazer um monitoramento, até pra ter uma base pras atividades de educação ambiental pra proteção ambiental lá da área.

Cons. Miriam Barcellos: Bom, eu to vendo aí uma **inconclusão**, porque a proteção da cratera vem a ser justamente não edificação na área, essa área foi ocupada por várias pessoas, indevidamente, aliás, incentivadas por vereadores na época, essas coisas costumam acontecer sempre, então existe aí um erro de base. Como é que nós vamos colaborar com a ocupação da cratera, ocupação, o que se tem que se fazer é retirar as pessoas que estão lá.

Coordenadora Helena Magozo: Mas aí no caso, Miriam....



Cons. Miriam Barcellos: Isso é uma, a cratera, bom, não sei, acredito que todas as pessoas saibam, é justamente, foi formada por um meteorito, e tal, enfim, então em todos os lugares do mundo ele é preservado sem nada em cima, absolutamente nada, é um espaço de estudos.

Coordenadora Helena Magozo: Não, mas justamente, aqui não é uma ocupação como essa ocupação **????**, é uma ocupação pelos técnicos, pelo poder público ter uma base de ação, é a sede do parque.

Cons. Miriam Barcellos: Sim, mas é dentro da cratera, ou é ao redor?

Coordenadora Helena Magozo: Não, não, no parque da cratera, não na cratera.

Cons. Miriam Barcellos: Tá bom, agora, outra coisa....

Coordenadora Helena Magozo: Eu posso fazer o seguinte, eu posso fazer o seguinte, a gente pode trazer o projeto pra conhecimento...

Cons. Miriam Barcellos: Eu queria. Eu gostaria de ter mais um outro esclarecimento, nós já negamos um projeto de Perus inclusive, porque e foi um ponto de discussão a construção feita com dinheiro do FEMA. Então vem agora uma construção pedida pelo governo, há uma incompreensão, outra **inconclusão**.

Coordenadora Helena Magozo: Miriam, eu acho que há uma **distinção** muito clara, até no que foi alegado pelos conselheiros na época, os conselheiros justificaram a não aceitação, os que assim o votaram naquela época porque era uma edificação administrativa da subprefeitura de Perus, para dar lugar a um parque tanto que os conselheiros não questionaram tirar construção ou qualquer coisa em relação ao parque, questionaram destinar recursos pra uma construção fora de uma área de proteção ambiental, de uma área verde, então aqui é completamente diferente, aqui o que se entende, mas nós podemos trazer o pessoal da DUC pra vir apresentar o projeto, para que tudo isso fique claro, é lógico que não é na cratera, é no parque da cratera, porque se entende que é importante a presença do poder público nessas áreas para preservação, como você falou o entorno é densamente povoado, quer dizer a gente tem toda uma questão de políticas pra preservar e evitar mais ocupação, agora tudo isso pode ser apresentado no projeto aqui pela própria divisão de unidade de conservação, acho que a Mara queria falar um pouquinho...

Cons. Miriam Barcellos: Eu gostaria de completar.

Coordenadora Helena Magozo: Pois não?

Cons. Miriam Barcellos: Eu me lembro muito bem esse projeto de Perus porque fui eu que coloquei, pedi pra ser revisto e eu votei a favor porque era a base da solicitação não era a construção, era a demolição de um imóvel que estava impedindo uma solução para as enchentes. Então era para desobstruir o espaço para uma ação que era ecológica, que era a previsão da enchente. Então, a construção ficou pra prefeitura resolver com o



departamento inclusive financiamento e tal fora e não era naquele lugar, agora então eu continuo com essa preocupação.

Cons. Mara: Dona Miriam, posso falar um pouquinho?

Cons. Miriam Barcellos: Pois não.

Cons. Mara: Mara, do FEMA. É que o parque natural da cratera é uma compensação ambiental que Furnas está fazendo pela passagem das linhas de transmissão, então com a passagem das linhas de transmissão....

Cons. Miriam Barcellos: Por cima da cratera?

Cons. Mara: Não, não é por cima da cratera, era na região sul, é na APA, foi feito e a compensação ambiental foi negociada e eles estão também passando todo esse parque natural da cratera, então o nome é parque natural da cratera, porque é na região, mas não é na cratera propriamente dita.

Cons. Miriam Barcellos: Ah bom, essa é uma boa informação.

Cons. Mara: Isso é uma coisa, esse parque natural de qualquer forma ele tem que ter uma sede, porque lá vai ser a sede, que vai onde a fiscalização da secretaria, esse parque vem, é da secretaria, Furnas....

Cons. Miriam Barcellos: Quem vai financiar é Furnas?

Cons. Mara: Então, Furnas....

Cons. Miriam Barcellos: Então não é o nosso....

Cons. Mara: Então, todo o parque é uma compensação ambiental que Furnas passou, só que passou pra secretaria e a secretaria quer utilizar esse parque como sede pra fiscalização também lá e o acompanhamento, então o pessoal da unidade de conservação teria uma base lá, pra poder fazer isso porque a secretaria não tem nem uma base no sul, lá perto, lá pra baixo mesmo, o pessoal não tem onde ficar, de qualquer forma vai ter essa sede. Agora, Furnas no contrato todo lá feito de compromisso ambiental ela ficou de fazer o projeto básico e o projeto executivo, o básico já está pronto e o executivo está terminando, acho que dia cinco de maio parece que veio o resultado, então o que se coloca aí seria da secretaria utilizar esse dinheiro pra construção da sede, é isso.

Cons. Miriam Barcellos: É exatamente o que eu estou contestando porque, agora eu acho que nós poderíamos, na minha opinião, é um projeto como esse, com essa importância e com esse peso e com outras entidades, empresas particulares, financiando e com uma localização tão importante, sobre o ponto de vista geofísico, eu acho que merecia um power point, uma explicação por especialistas pra depois haver a decisão do conselho. Agora sobre meu ponto de vista, eu continuo afirmando que seja como for, quer dizer,



mesmo que depois de aprovado, a localização, tudo isso, o FEMA não pode realmente financiar construções, é o que está na legislação do FEMA.

Cons. Mara: Não, na legislação não aparece isso.

Coordenadora Helena Magozo: Mas tudo isso a gente pode, nessa ocasião estar discutindo essa questão da destinação dos recursos....

Cons. Miriam Barcellos: Então vamos, a minha posição é essa, pedir uma apresentação.

Coordenadora Helena Magozo: Não, tá acatado, Miriam, tá acatado...

Cons. Miriam Barcellos: Por técnicos, por especialistas e com uma visão inclusive de mapa de situação porque eu não sabia que havia um parque ao redor da cratera...

Coordenadora Helena Magozo: Mas até o Helio está achando fundamental mesmo ter essa apresentação porque ele diz que é na cratera, então acho que o setor técnico vem e explica com todos os elementos para uma decisão, né?

Cons. Miriam Barcellos: Eu queria saber também o que que a administração pública está fazendo pra retirar essas pessoas que estão na cratera, essa é uma questão muito antiga e muito polêmica.

Presidente em exercício Hélio Neves: O parque é na cratera, é uma decisão da secretaria de determinar que Furnas adquirisse um terreno dentro da cratera para iniciar a implantação de um parque natural é um parque natural, não ocupa toda a cratera evidentemente ela é muito grande mas ocupa uma parte dela, essa cratera ela tem cerca de dez quilômetros de diâmetro, ela é bastante grande, o recurso que Furnas tinha obrigação de gastar, de executar como compensação permitiu comprar uma parte do terreno da cratera e foi determinada a compra de um terreno, esse terreno ocupa talvez pouco menos de dez por cento da cratera ou menos que dez por cento da cratera e que é um início da implantação de um parque maior na cratera que está também em discussão e em desenvolvimento, quando o pessoal da DUC vier a gente pede pra eles trazerem informação do plano de trabalho de desapropriação na cratera inclusive, informar como é que isso está andando. A implantação da sede. É que um parque natural tem uma sede, tem um lugar onde quem vai cuidar dele, é a fiscalização, é o pessoal da administração, o pessoal que faz o cuidado de manejo e de vegetação tem um lugar dentro do parque para ficar como é normal em parques ter uma sede, um lugar para as pessoas trabalharem, é um projeto bastante bom do ponto de vista ambiental, no que diz respeito a água, a energia, ao uso do espaço, e se buscou identificar um local que já tivesse vegetação mais rala e mais vegetação exótica, e não outro que pudesse comprometer mais, mas acho que tudo isso o pessoal que vem informa em detalhe. E aí acho que também seja oportuno a gente conversar sobre essa coisa da destinação, o que que pode e o que não pode executar com recursos do fundo porque nossa compreensão é que não há vedação, não há impedimento para se utilizar com implantação de parques, com obras que sejam obras de interesse ambiental evidentemente. Nesse caso em particular os recursos são recursos do Ministério Público, que encaminhou determinando um uso específico, então eles queriam saber da gente como é que eles podiam destinar algum recurso que tivesse um carimbo ambiental, olha só, o único jeito é depositar no fundo, porque se depositar no tesouro depois é uma



labuta conseguir tirar do tesouro pra uma destinação específica, então eles aceitaram isso mas encaminharam com uma instrução, que é bom que a gente siga porque é uma maneira da gente..

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Presidente em exercício Hélio Neves: Por que é uma maneira da gente dizer pra eles, olha pode continuar fazendo que a gente vai dar destinação adequada.

Coordenadora Helena Magozo: Esse é cento e quarenta e oito mil, e tem uma, porque eles também, eles tiveram uma multa de maior compensação tanto para a empresa que estava transportando um produto perigoso, provocou um acidente ambiental como também para a transportadora, a transportadora é doze vezes...

Rubens ???: Doze de mil oitocentos e sessenta...

Coordenadora Helena Magozo: Doze de mil oitocentos e sessenta, esse dinheiro ainda a gente está esperando ser depositado pra poder pensar numa né, numa destinação mais que complete já, porque é complicado você destinar doze meses mil e oitocentos, em qualquer...

Cons. Miriam Barcellos: Eu gostaria de ter mais uma explicação, depois do que foi informado aqui pelo, eu gostaria de saber que terreno foi vendido, um pedaço da cratera?

Presidente em exercício Hélio Neves: A cratera, ela é constituída de uma série de propriedades privadas, a legislação brasileira permite que qualquer pessoa adquira um terreno em qualquer lugar desde que não seja público, e a cratera assim como a zona sul inteira, grande parte dela se constitui de terrenos privados, quando a prefeitura decidiu, determinou a aquisição de um terreno, fez uma seleção de um terreno que tivesse a melhor qualificação ambiental, que tivesse uma boa cobertura vegetal, e recaiu nesse terreno, é um processo já antigo de 2002, 2003 e que nós só conseguimos finalizar a aquisição em 2006. Então esse é o primeiro terreno que a gente adquiri na cratera.

Cons. Miriam Barcellos: Essa denominação cratera está sendo usada de uma forma genérica, é uma região, uma parte, tá se referindo a uma parte da zona sul ou é a cratera mesmo, o espaço que foi, o espaço da, que foi atingido pelo meteorito e que está ocupado e que deve ser desocupado?

Presidente em exercício Hélio Neves: No dia que a gente trouxe aqui, acho que é melhor, traz com as fotografias aéreas, para as pessoas entenderem o que é a cratera..

Cons. Miriam Barcellos: Eu entendo.

Presidente em exercício Hélio Neves: Porque às vezes a gente a ouve falar da cratera....

Cons. Miriam Barcellos: Eu só não entendo a forma que está sendo usado o nome cratera....



Presidente em exercício Hélio Neves: A gente ouve muito falar de cratera mas não consegue entender o tamanho e a dimensão, o que que significa aquilo, são cerca de dez quilômetros de largura, de uma borda até a outra, dez quilômetros é uma coisa gigantesca, e aquilo foi ocupado historicamente por sitiantes tem muitas chácaras, sítios naquele local, e houve uma ocupação que é mais complicada, duas ocupações são muito complicadas, uma é o presídio que foi construído ilegalmente, dentro da cratera a cerca de quinze anos, um presídio estadual e uma ocupação que é o bairro Vargem Grande que tem cerca de trinta mil moradores, que é de solução absolutamente difícil, não é fácil lidar com a situação, trinta mil pessoas é uma população bastante grande e razões consolidado porque com arruamento, com asfalto, com todas as benfeitorias de um bairro de classe popular.

Cons. Miriam Barcellos: Depois quando diz que o Brasil é um país que é submundo, é isso, nos outros lugares todos do mundo esses vestígios de meteoritos são preservados na sua integridade, não dá pra reclamar, quando o estrangeiro faz essas críticas, não é, se o próprio governo está agora vendendo terreno num espaço que deveria ser preservado.

Presidente em exercício Hélio Neves: Desculpe, nós compramos o terreno, dona Miriam, nós compramos o terreno, nós não vendemos, nós compramos, ao contrário.

Cons. Miriam Barcellos: Pior ainda.

Presidente em exercício Hélio Neves: Desculpe, mas é que....

Cons. Miriam Barcellos: Desculpe, precisamos analisar o projeto na sua inteireza....

Coordenadora Helena Magozo: Acho que é importante vir aqui o projeto e entender o que é o parque, essa questão da cratera, da ocupação, e qual é a linhagem da política pública que está sendo proposta....

Cons. Miriam Barcellos: Eu proponho também que os componentes do conselho façam uma pesquisa, hoje existe google, hoje existe internet, de todos esses, de outros vestígios assim geofísicos no mundo, e qual, como é que foi tratado, pelos governos locais.

Cons. Maria Lucia: Maria Lucia, eu acho importante também, além de conhecer, eu particularmente não conheço, mas enfim, saber um pouco como é que está sendo encaminhada a política pública em relação aquela área.

Coordenadora Helena Magozo: Tá bom.

Cons. Maria Lucia: Acho que é uma coisa interessante para destinar o recurso.

Coordenadora Helena Magozo: Bom, então a gente vai, nós vamos estar propondo pra divisão de unidade conservação vir fazer essa exposição e também a gente estar incluindo também numa próxima pauta essa questão da, do que a legislação coloca sobre destinação dos recursos que é importante a gente estar clareando isso.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)



Coordenadora Helena Magozo: Bom, alguma outra sugestão de inclusão de pauta?

Cons. Miriam Barcellos: Eu gostaria de fazer uma inclusão.

Orador não identificado: Fala no microfone, por favor.

Cons. Miriam Barcellos: Fala mais tarde, agora...

Coordenadora Helena Magozo: É agora que a gente vai...

Cons. Miriam Barcellos: Pra discutir mais tarde, mais pro final. É sobre a nova reestruturação da secretaria e a situação do CONFEMA, no que diz respeito a leis que criaram o CONFEMA, a lei, o decreto, e a, e dentro dessa reestruturação como que isso foi incorporado, e também reivindicar ao conselho segundo a tradição de sua criação, o Rubens está aqui pra confirmar, se ele concordar, que todas essas, que todo, que tudo que concerne ao conselho, as leis, o decreto, inclusive os regulamentos internos, sempre foram desde o início, desde o tempo da Stela Goldstein discutidos pelos conselheiros, então eu queria reivindicar essa discussão para os conselheiros antes de se formatar a lei, sob seus aspectos jurídicos junto à procuradoria. Foi assim desde a sua constituição. Uma forma democrática como convém a todos os conselhos.

Coordenadora Helena Magozo: Acolhido. Vamos então para a ordem do dia, deliberação sobre o Projeto Revivendo - Reciclando - Revitalização da coleta seletiva em Santo Amaro por meio da recuperação da cooperativa de catadores da Granja Julieta, o projeto foi apresentado pelo Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente. Vocês receberam o projeto por e-mail, o relatório, o relatório da avaliação da CAVE, a dona Miriam teve até a possibilidade, ela esteve lá, né, consultando, então tá aberto, tá disponível também aqui, tá aberto para o posicionamento de vocês.

Orador não identificado: Vocês tem alguma coisa para comentar sobre o projeto?

Orador não identificado: Foi na outra reunião que vocês mandaram.

Coordenadora Helena Magozo: Não, não mandamos nessa chamada, nessa...

Orador não identificado: Nessa chamada eu recebi só dois anexos.

Coordenadora Helena Magozo: Então, um deles é o...

Orador não identificado: Um deles.

Coordenadora Helena Magozo: É. Vocês querem um tempinho para olhar o projeto? Dez minutos, quanto tempo vocês acham que é importante?

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para a deliberação do Projeto Revivendo - Reciclando - Revitalização da coleta seletiva em Santo Amaro, por meio da recuperação da cooperativa de catadores da Granja Julieta, e o projeto foi apresentado pelo Instituto GEA -



Ética e Meio Ambiente, o valor total do projeto é cento e sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais, então vamos para a deliberação? Hoje as conselheiras. E o Hélio também né, porque o Helio hoje tem que votar para dar Corum, né?

Presidente em exercício Hélio Neves: Sempre que for necessário.

Coordenadora Helena Magozo: As e o, que forem favoráveis à aprovação do projeto...

Cons. Miriam Barcellos: ??? primeiro né, cada um fala o quer ???

Coordenadora Helena Magozo: Ah!, não ta aberto, Miriam , pode falar, a vontade, eu achei que você não, você fez assim, eu achei, por favor...

Cons. Miriam Barcellos: Posso falar?

Coordenadora Helena Magozo: Por favor, Miriam.

Cons. Miriam Barcellos: O projeto, Miriam Barcellos, Revivendo - reciclando, é o projeto que nos foi apresentado, que é de revitalização da coleta seletiva em Santo Amaro, por meio da recuperação da cooperativa de catadores da Granja Viana. A entidade proponente, Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente, apresenta o currículo dos componentes, é realmente uma equipe altamente qualificada, que se dedica só a essa, vem se dedicando a projetos de seleção e organização da coleta de lixo, já, e apresentou também vários projetos já realizados inclusive com a aprovação do FEMA, tem um. E chama a atenção também por ser uma entidade sem fins lucrativos. Ela cobra quando é uma solicitação de uma empresa, que é uma situação diferente, não é? Quer dizer, o trabalho relacionado com os catadores é sem fins lucrativos. O que, quanto à parte das, que me cabe, que seria como educadora, eu tenho que chamar a atenção para a metodologia que está na página dez, que é a formação dos multiplicadores, é uma das propostas deles, e a outra é a capacitação de catadores. O interessante que a finalidade dessa captação é a apropriação dos conhecimentos pelo coletivo. Quer dizer, eles querem passar de forma que eles entendam. Mas para isso eles usam o saberes, como eles dizem aqui, os saberes acumulados pelos catadores durante toda a vivência deles, de todo o trabalho que eles vem fazendo. E ao mesmo tempo vão incorporando novos conhecimentos. Sobre o ponto de vista de educação, com o sentido de, justamente de desenvolver a pessoa, desenvolvimento humano, eu acho a proposta muito adequada e também a forma com que eles trabalham, aproveitando o próprio conhecimento, o saber acumulado, é a forma, realmente a mais adequada pra que as pessoas que estão nessa situação, essa profissão não é das melhores, não é? É um recomeço de vida, geralmente são pessoas que vieram da rua, moradores de rua, que passam a ser, a ocupar essa, a se propor a esse trabalho. Então são pessoas que precisam não só se ressocializar como também pessoas que estão com nível muito baixo de afirmação pessoal e no momento que o saber que eles trazem, que eles são portadores, é valorizado, eles estão trabalhando essa valorização da pessoa humana. Eu acho dentro dessa proposta como educadora comunitária eu acredito que a proposição é excelente, agora o que se refere ao, a parte financeira, a distribuição da verba, inclusive eles propõe vários, verba, o trabalho em várias etapas, não é? Que eles tem que ter um retorno , propõe ter um retorno, então, e a aplicação da verba, isso eu gostaria que a nossa conselheira, da secretaria de finanças desse seu parecer e a parte administrativa eu acredito que a Lucia pode complementar.



Orador não identificado: Pelo que deu pra ver, não tem nenhuma, foi rapidamente que a gente olhou, mas não tem nenhuma inconsistência, eu só fiquei com uma dúvida, no final do parecer, que tem aí uma recomendação pra um redimensionamento das metas em função da definição da área que vai ser cedida pela subprefeitura.

Coordenadora Helena Magozo: Mara, você podia se complementar, eu estava colocando aquela questão do parecer técnico em que eles recomendam, né um redimensionamento das metas a partir da área destinada para os catadores, pra coleta seletiva, então só colocar, o que baseou isso...

Orador não identificado: E que impacto que pode ter, porque daí se mudar substancialmente esse orçamento acho que a gente pode se perder aí na aprovação.

Coordenadora Helena Magozo: Tá bom.

Cons. Mara: Mara, do FEMA, desculpa, porque todo esse processo de resgate da cooperativa dado o incêndio, né? Tá sendo feito em acordo com a subprefeitura, porque o terreno que eles ocupavam é da subprefeitura, até tem, agora tá se propondo um outro terreno definitivo, que eles possam estar, agora o orçamento do projeto é esse, é esse mesmo, então todo esse redimensionamento seria dentro desse orçamento previsto. Só que como ainda está nesse processo de negociação, e também eles tem que ter claro o que de fato vai ser necessário pra tocar a cooperativa, mas seria dentro, então foi previsto de uma forma um pouco mais geral, então seria algumas trocas talvez, necessárias, mas dentro do orçamento previsto, e dentro das cotas previstas para materiais permanentes e esse tipo de coisa, não alteraria.

Cons. Mara Lucia: Maria Lucia, da SEMPLA, é, eu considero o valor total, nós olhamos da divisão entre material de consumo e pessoal, eu acredito acertado e entendo, quer dizer, dentro da explicação da Mara que possa haver algum remanejamento, é isso, quer dizer, entre os itens de material de consumo dependendo da colocação da sede? O que eu olhei eu acredito enfim que a destinação dos recursos me parece bastante certa.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para a deliberação? Então as conselheiras que são favoráveis à aprovação do projeto permaneçam como estão. O projeto foi aprovado por unanimidade. Agora nós vamos estar passando uma apresentação que foi solicitada pelo CONFEMA, que o Rubens vai estar fazendo sobre a posição orçamentária e de recursos disponíveis para financiamento de projetos pelo FEMA.

Rubens ??? : Bom, eu fiz uma planilha, na verdade de Excel, bastante simplificada procurei simplificar o máximo para que ficasse entendível, e não sei se consegui, mas vamos lá. A princípio o FEMA teve aprovado no seu orçamento para a dotação do FEMA, porque é dividido em duas partes, nós temos os recursos arrecadados pelas diversas fontes de recursos previstas em lei e nós temos uma outra dotação, um outro elemento, que são os recursos de créditos de carbono, oriundos de crédito de carbono, então eles são divididos no orçamento. Para os recursos diversos de arrecadação do fundo nós tivemos aprovada no orçamento da prefeitura inicial, onze milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e onze reais e quarenta e sete centavos. Assim que foi liberado esse orçamento nós já tivemos inicialmente dois milhões e trinta e oito mil e quinhentos reais que ficou congelado por força de contingenciamento do orçamento, em função da crise, da redução da arrecadação. Então nós temos disponível orçamentariamente nove milhões,



setecentos e oitenta e seis mil, cento e onze reais e quarenta e sete centavos. Bom, desses nove milhões setecentos e oitenta e seis mil, nós temos alguns recursos que já estão comprometidos com projetos que já foram aprovados e que estão em andamento. Então do edital número três nós temos oito projetos em andamento, no valor de quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e três e quarenta e seis que já está reservado, já está empenhado até o final do ano. Então como o orçamento é de primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro então ainda que os projetos eles avancem pro exercício seguinte a previsão que está feita aqui é só até dezembro. Então esses oito projetos tão previstos até dezembro quatrocentos e setenta e nove mil novecentos e oitenta e três reais. Pro edital número quatro, nós temos quatro projetos em andamento da fase um do edital, foram aprovados aqui pelo CONFEMA, e sete projetos da fase dois, então da fase um, tem comprometido quatrocentos e sessenta e quatro mil e setenta e um reais e vinte centavos, e da fase dois do edital quatro, quatrocentos e sessenta e três mil novecentos e quarenta e sete reais. Do edital cinco nós temos quinze projetos em andamento, que comprometem até dezembro um milhão, duzentos e trinta e um mil duzentos e quatorze reais e dois centavos. O edital seis e o edital sete, são os dois editais que nós estamos ainda em fase de recebimento de projetos, então esses valores que são colocados aqui, é o valor estimado até dezembro, isso se nós conseguirmos agora assinar os convênios a partir do início do segundo semestre. Como não há uma previsão de quantos serão os projeto aprovados e quais os valores desses projetos, então eu peguei do valor total do que tava destinado pro edital, e fiz um cálculo de agosto a dezembro, que deu pro edital seis, oitocentos e oitenta mil reais, e pro edital sete, oitocentos e oitenta mil reais, valores estimados. Nós temos o projeto que foi aprovado na reunião anterior, aquele projeto da UMAPAZ, a educação ambiental, cultura de paz e educação a distância, um projeto que deve iniciar agora a partir do mês de maio. Porém o valor que foi aprovado foi quatrocentos e trinta e quatro mil, eu não sei se as conselheiras tão lembradas, mas o que tá estimado até dezembro é trezentos e sessenta mil reais, porque o projeto se estende até fevereiro de dois mil e dez. Então está calculado também o valor estimado, trezentos e sessenta mil reais até dezembro. Esse projeto de construção do prédio sede do parque cratera da colônia, que a gente acabou de discutir, ele tá colocado ali, que seja pra esse projeto ou seja pra um outro projeto qualquer, como o recurso ele é destinado pelo Ministério Público, sua aplicação é destinada pelo Ministério Público, então eu tenho que prever a destinação dele seja nesse ou em qualquer outro projeto. Mas esse recurso ele não pode ser aplicado nos projetos dos editais ou projetos da Secretaria, que não atendam essa exigência do Ministério Público. Então tá calculado cento e quarenta e oito mil reais, que também é estimado porque em função do projeto, da licitação, da contratação do serviço, eu posso executá-lo totalmente nesse exercício ou não, isso vai depender do andamento da obra ou do desenvolvimento do projeto em si. Então são cento e quarenta e oito mil reais, que é a destinação do Ministério Público. E eu tenho um recurso que foi oferecido pra congelamento também né, por conta do contingenciamento orçamentário, de cinco milhões de reais, então dos nove milhões, setecentos e oitenta e seis que nós tínhamos disponíveis inicialmente, nós temos hoje, efetivamente comprometido com algumas estimativas, oito milhões, seiscentos e setenta e seis mil e um reais, então nós temos, praticamente cem por cento do valor ou com um milhão de diferença, dá uns noventa por cento dos recursos disponíveis da dotação do FEMA comprometidos até o final do ano. Então temos ainda um milhão, cerca de um milhão e cem disponível pra aprovação de novos projetos, mas que agora a gente já tem que olhar com bastante critério os projetos que estão sendo apresentados, então pra que a gente não ultrapasse esse limite disponível e a gente viabilize a execução de algum projeto. Dona Miriam.

Cons. Miriam Barcellos: Eu gostaria de saber esse, o total desse oferecimento, que está que uma parcela tá sendo aplicada, penso assim, nesse projeto da construção, porque foi



uma dotação, né? Mandaram pra cá, carimbado e a Secretaria que está discutindo a aplicação.

Rubens ??? : Isso, é um recurso... Exato.

Cons. Miriam Barcellos: Muito bem, então eu acho que seria interessante se nós soubéssemos o total do que foi destinado pra, pro FEMA.

Rubens ??? : É assim, o termo de ajustamento de conduta ele implica, nesses cento e quarenta e oito mil reais, que foi aplicado de multa, né, e tem um outro valor que esta sendo arrecadado mês a mês, são mil oitocentos e sessenta reais.

Cons. Miriam Barcellos: Ah sim, sim, é progressivo, entendi.

Rubens ??? : Isso representa mais trinta e sete mil e duzentos reais ao final de vinte meses. Então o que nós temos disponível hoje que já foi efetivamente recolhido são os cento e quarenta e oito mil reais. Aqueles mil oitocentos e sessenta eles também estão sendo recolhidos, porém a gente só vai utilizar esse recurso no final do período de recolhimento, que mil e oitocentos reais pra aplicar num projeto é um valor irrisório, então a hora que tivermos ele todo recolhido, a gente também faz a destinação, discute com o conselho onde vai ser aplicado esses trinta e sete mil e duzentos e faz a aplicação dele ao final do período do recolhimento. Mas esse cento e quarenta e oito e já estão na conta hoje, já foram efetivamente recolhidos, e a gente tá pensando em qual projeto que a gente vai aplicar.

Cons. Miriam Barcellos: Agora e esse recurso oferecido pra congelamento, qual é a, de onde vem?

Rubens ??? : Então, na verdade é assim, por conta do contingenciamento e da redução de arrecadação dos tributos e tal, a Prefeitura teve que contingenciar seu orçamento e os valores que nós estamos discutindo aqui também são orçamentários, então a gente também teve que contingenciar os recursos do fundo que eles ficam congelados, na verdade eles não deixam de existir, eles estão, digamos assim, reservados na Secretaria de Planejamento, e que se eventualmente, nós tivermos a necessidade de utilizar a gente solicita pra Secretaria de Planejamento, que é a assessoria geral do orçamento, o descongelamento desse recurso, e aí eles vão descongelando a medida que a gente vai precisando, mas é assim, o dinheiro não desapareceu da dotação orçamentária, ele só tá lá, guardado, congelado. Como nós temos um excedente de recursos ainda, que a gente não utilizou, então quando nós conseguirmos utilizar todos esses recursos e mais esse um milhão que a gente tem ainda de saldo, aí a gente entra no pedido de descongelamento do recurso. Deu pra entender, eu não sei se fui claro.

Cons. Miriam Barcellos: Eu entendi.

Rubens ??? : É, a Zânia ou talvez a Maria Lucia, não sei, se podem estar.

Cons. Maria Lucia ???: Não, é, a solicitação dessa apresentação, Rubens, foi até em função da observação que o Tribunal de Contas fez, no ano passado foi vinte por cento do



orçamento do fundo apenas que foi usado. O que a gente tá deslumbrando aí é um progresso com relação ao que foi o ano passado, com o atingimento de quase cinquenta por cento do valor do fundo, mas eu acredito e volto a pedir a reflexão conjunta aqui de como que a gente pode melhorar a utilização desse recurso. Porque ainda eu considero que é uma aplicação ineficiente, né, se a gente não consegue dar conta da utilização desse recurso, né? A gente precisa repensar talvez o processo, rever a forma dos editais, abrangência, oportuna essa discussão da aplicação de fontes, talvez até pra que a gente abra outras frentes de aplicação, porque eu acho que é um desperdício, né, de oportunidades de dinheiro e a gente não conseguir aplicar o dinheiro que tá disponível pra ser utilizado com a defesa aí do meio ambiente. Melhorou, né? O cenário pelo menos se mostra um pouco melhor do que o ano passado, mas ainda acredito que estamos longe da meta, né?

Rubens ??? : Na verdade, é assim, a gente teve aquela avaliação do Tribunal de Contas que nós executamos vinte por cento só dos recursos, ele inclui também os recursos de crédito de carbono, que nós tivemos dois depósitos grandes nos últimos dois anos, e que a execução depende de projetos, e um projeto depende de tempo pra desenvolver e pra, alguns projetos são da Secretaria, então tem o tempo da licitação, então nós temos um caminho a percorrer até a gente efetivamente executar esse recurso. No que se refere aos editais, a gente teve um progresso, que nos últimos dois anos nós conseguimos colocar os projetos do edital quatro, do edital cinco em andamento e abrimos o edital seis e sete pra recebimento de projetos, então a gente teve um avanço e o fundo, ele ainda tá em processo de construção, apesar de já ter anos aí de andamento, mas ele ainda tá em processo de construção e nós também temos que ter o cuidado porque estamos lidando com recursos públicos que tão sendo destinados, parte dele à iniciativas privadas, né, as Ong's, pra desenvolvimento de projeto. Então nós temos que ter um acompanhamento efetivo da aplicação desses recursos e tomar o cuidado de não querer aplicar as vezes na ânsia de executar algum orçamento, ou de ter um fundo bem administrado, pecar no acompanhamento da execução desses projetos, então nós temos ainda uma equipe reduzida, mas uma equipe que tá dando conta do recado, mas nós temos uma velocidade pra estar seguindo, então eu acho que a gente está conseguindo melhorar muito a nossa meta e ainda nós temos ainda objetivo de melhorar bastante, mas a gente tem que fazer a coisa com certo cuidado, porque nós estamos lidando com recursos públicos, então esse é um aspecto. E o outro aspecto é de que assim, ao meu ver, um fundo bem administrado é um fundo que não tem dinheiro em caixa, porque isso significa que o dinheiro está aplicado, e bem aplicado. Então o fato de termos um volume de recursos hoje grande no fundo né, depositado na conta, ao meu ver é uma deficiência, nós precisamos executar melhor, mas temos que fazer a coisa com determinado critério. Nós fomos objeto de análise do Tribunal de Contas, Tribunal de Contas apesar de ter levantado alguns aspectos de, administrativos e de controle, fez uma avaliação positiva da execução dos recursos do fundo e é isso que a gente quer manter, a gente quer continuar atendendo as recomendações do Tribunal de Contas, mas continuar nessa linha, porque a gente viu que pela avaliação do Tribunal, esse é o caminho certo. Então eu acho que se a gente tiver um pouco de cuidado, um pouco de critério, eu acho que mais um ou dois anos a gente tá conseguindo executar muito melhor esse recurso do FEMA.

Cons. Maria Lucia: Concordo plenamente Rubens, só queria deixar claro que não é pra gastar dinheiro por gastar dinheiro, na verdade o que eu acho é que como eu já disse da outra vez, o que não falta são demandas, né? Talvez a gente, e eu peço desculpas porque eu sou novata aqui, eu sei que o caminho de vocês é muito mais longo do que o meu, nessa luta ai pra aplicar os recursos, enfim, mas eu acho que a gente precisa incrementar, porque o dinheiro parado, é aquela historia né, com uma cabeça ociosa começam a criar-se



idéias, e possibilidades ou de retirar esse dinheiro ou de não aplicar adequadamente esse recurso, então acho que nesse sentido de evitar, olha, o recurso está disponível, a cautela, o caminho já está aberto, como você mesmo relatou, foi feito um longo caminho, está tendo efeito, já tem projetos dando frutos, então acho que é realmente fomentar mais isso, achar o caminho de ampliar.

Coordenadora Helena Magozo: O que eu entendo do que o Rubens falou, e que você tá colocando, quer dizer, é uma cultura, é uma experiência, é uma prática que é muito importante e hoje acho que a gente já tem mais elementos pra segurança pra gente poder até que eu já tinha colocado anteriormente, discutir essa questão, do que que a lei permite, quais são as possibilidades de uso dos recursos, tanto os de crédito de carbono como esses que são os de não crédito de carbono, né? Então eu acho que é muito importante à gente estar discutindo de uma forma segura mas que, cada vez mais efetiva, né Rubens?

Cons. Maria Lucia: E uma coisa que eu gostaria de sugerir, não sei, da gente retomar, o ano passado teve uma conversa, uma conversa não, uma apresentação do projeto aqui da Secretaria mesmo, de reaproveitamento dos lixões, que tão já abandonados, dos aterros, né, lixões não, dos aterros, né? E foi comentada a questão de que é muito caro nessa questão do reaproveitamento, justamente o projeto, você fazer a avaliação da área, o projeto e talvez usar, principalmente o carbono, né, o recurso de carbono, que é um volume maior, nesse tipo de projeto que atende, o volume maior.

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho que a gente tem que levar mais amplamente, talvez tenha outros projetos e tal, da própria Secretaria, porque tem a questão da responsabilidade, das Secretarias de Serviços, sobre isso, pra gente também não entrar num compromisso, numa responsabilidade que as vezes é de outra Secretaria, não é, quer dizer, que o poluidor tem que arcar, não é? Então de a gente conversar com profundidade, eu acho muito oportuna essa conversa, a gente já tava internamente querendo trazer eu acho que vocês referendam essa necessidade, essa oportunidade, né Rubens? Até nessa questão orçamentária, que eu acho que é uma questão Miriam, que é o seguinte, quando nós pensamos o orçamento pra esses recursos, não o crédito de carbono, não tem outro nome, recursos Femão, sei lá, a gente na época, como a gente tava muito focado nessa novidade, nessa questão inédita, que era do apoio a projetos apresentados por entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, a única dotação que a gente previu foi de contratação, então hoje dentro dessa verba, a gente precisa pedir autorização porque no orçamento, porque o orçamento do ano seguinte por exemplo, de dois mil e dez, nós vamos tá fazendo em agosto, então, como a gente tava muito voltado em vários momentos, a gente falou, puxa como a gente não previu outras dotações que permite-se uma maior flexibilidade dentro do correto apresentado, discutido aqui no fundo, como os do crédito de carbono também, por que dos créditos só permitem obras, os créditos não permitem contratação de serviço, então isso é uma discussão que a gente acha pertinente, pra gente não precisar cada momento que surge um projeto, que saia de uma ou de outra categoria, em cada uma dessas tipologias, a gente precisa submeter a Secretaria de Finanças e Planejamento, quer dizer, uma questão de tempo como você tá falando, então eu acho que numa próxima reunião, entendo que é muito oportuna essa discussão, da lei, da destinação das possibilidades, do que que a Secretaria tá pensando pra gente ser mais eficiente e ao mesmo tempo transparente, né, correto, isso a gente vai continuar a ser sem dúvida, pois não Miriam.

Cons. Miriam Barcellos: Miriam Barcellos, eu acredito que nós realmente evoluímos bastante no sentido bastante social, e o que é a meta, mas cabe a muitos



aperfeiçoamentos. E por isso é que eu to pedindo essa, esse estudo feito pelo conselho da lei, da reformulação da lei, da reformulação inclusive dos nossos regulamentos, enfim, do próprio CONFEMA, eu senti no meu pouco conhecimento financeiro, quase nenhum, mas aqui o conselho poderia não só votar, ter a incumbência de votar, eu acho essa incumbência bastante insuficiente pra capacidade do conselho, nosso conselho é composto por pessoas de alto nível, inclusive recomendadas pela Secretaria do Estado, Municipais, agora então, eu acho que tem um certo desperdício também de capacitação aqui, eu acredito também que o conselho possa dentro da regulamentação, da normatização, enfim, do conselho, que nós poderemos reestudar juntos, nós poderemos levantar algumas outras possibilidades de trazer mais fundos pra, isso nós já tínhamos começado naquela célebre comissão de reformulação da lei, que foi começado na época, inclusive, enfim, do outro secretário, e que eu to reclamando desde que mudou a secretaria, agora porque acreditar, nós tínhamos levantado, a Laura tinha levantado, com bastante conhecimento que ela tem, que é realmente um conhecimento extraordinário, ela tem capacidade inclusive e já desenvolveu projetos internacionais de alto padrão, já trabalhou na Europa e tudo isso, e ela levantou várias questões, várias possibilidades como essa. A gente precisaria rever e isso eu acho que essa parte de procurar também outras possibilidades pra captação de recursos, cabe ao conselheiro sim, por que não? Não só da secretaria mas dos conselheiros, é isso que eu tinha, reforçando a minha proposta dos estudos da lei.

Rubens ??? : Deixa eu só terminar aqui rapidinho também os recursos de crédito de carbono, no orçamento inicial nós tivemos aprovado oitenta milhões de reais, que foram previstos como arrecadações do crédito de carbono, isso também é estimado porque a gente nunca sabe o quanto vai ser o valor do leilão de créditos de carbono, então a Prefeitura estimou em oitenta milhões de reais, a princípio congelou quarenta milhões e deixou disponível quarenta milhões de reais. Nós temos hoje efetivamente reservado pra obras da subprefeitura de Perus, e Distrito de Anhanguera, onze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e um reais, e efetivamente empenhados, são contratos já firmados, sete milhões, seiscentos e sete mil oitocentos e noventa e dois reais, nós temos ainda, uma relação de projetos propostos pela subprefeitura de Perus, pros Distritos de Perus e Anhanguera, então eu tenho diversas praças a serem implantadas e outras que estão sendo revitalizadas, os valores estão disponíveis ali, mas o montante é de vinte e quatro milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa reais e cinquenta e nove centavos. Esses são projetos que tão sendo desenvolvidos na subprefeitura, e que os processos ainda serão encaminhados pra esse conselho pra aprovação e o projeto de zeladores de praça que também foi aprovado aqui na última reunião, que é de um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta reais. Então nós temos aí cerca de vinte e cinco, quase vinte e seis milhões dos créditos de carbono efetivamente comprometidos com esses projetos todos, eu tenho já empenhado sete milhões e seiscentos que já é contrato firmado. Então hoje a gente também tem dos recursos de crédito de carbono boa parte deles já comprometidos com projetos já existentes, então não é uma coisa que a gente não sabe ainda aonde vai gastar, é concreto, a gente sabe onde vai gastar, é só uma questão de tempo pra gente executar. Esses valores, esses vinte e quatro milhões apesar de estar estimado aqui, não significa também que vai ser executado todo este ano porque aquela coisa do andamento, da licitação, do desenvolvimento do projeto e compete a subprefeitura estar desenvolvendo os projetos e fazendo a licitação, porém a gente já tem esse recurso lá previsto, pra que seja gasto até o final deste ano ou o início do ano que vem. Então essa é uma apresentação sucinta de como está a situação do fundo hoje, isso é o orçamentário, o orçamentário é uma coisa, o financeiro é outra, então, na conta corrente efetivamente do fundo, o fundo hoje conta com setenta e quatro milhões de reais depositados. Ai alguém pode questionar: bom, mas setenta e quatro milhões, se eu somar tudo isso aqui, é muito mais do que eu tenho orçamentário, realmente a gente tem um excedente arrecadado, que



tá na conta corrente, mas a gente ter que se ater ao orçamentário, se eventualmente os gastos, a gente conseguisse gastar os setenta milhões, nós teríamos que pedir suplementação, por excesso de arrecadação, e aí a gente utilizaria esse recurso. Mas não é o caso, porque a gente não tá conseguindo gastar nem o cinquenta por cento dos recursos, então, essa é uma apresentação rápida, sucinta, fico aqui pra esclarecer qualquer dúvida, que eventualmente surja e se não tiver a gente da prosseguimento na reunião.

Cons. Miriam Barcellos: Nós vamos receber esses relatórios? Essas fichas?

Rubens ??? : Posso estar encaminhando, é que eu fiz essa apresentação muito rapidamente, mas posso passar por e-mail pra vocês terem esses valores e os projetos todos. Passo por e-mail pra vocês.

Cons. Miriam Barcellos: Essa apresentação é só do crédito do carbono, pelo que eu entendi.

Rubens ??? : É. Esse quadro é do crédito do carbono, aquele anterior que foi apresentado, que tinha os editais e tudo são dos recursos não crédito de carbono, como a Helena falou.

Cons. Miriam Barcellos: Uma coisa que eu gostaria também de ver esclarecida é esses projetos da aplicação do crédito de carbono, geralmente chega até nós através de um projeto que já foi anteriormente aprovado na esfera governamental. Eu gostaria de saber como é que poderia ser feito, como é que nós conselheiros poderíamos acompanhar esse projeto desde a fonte.

Rubens ??? : É, na verdade Dona Miriam, a gente vai estar mudando aqui o processo de aprovação desses projetos, até por recomendação do Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas ele questionou que os processos foram previamente aprovados por este conselho, e como nós tínhamos já aquelas diretrizes estabelecidas, os projetos vinham, a gente fazia uma avaliação técnica, no caso de áreas verdes o DEPAV fazia análise técnica e sendo viável a gente fazia a transferência do recurso, agora vai mudar um pouco, até por conta da recomendação do Tribunal. O processo vem, a unidade técnica vai se manifestar, aí o processo passa pelo conselho antes da transferência do recurso, o conselho discute, analisa e se aprovado aí sim a gente transfere o recurso, eu acho que aí atende a perspectiva da senhora com relação a isso.

Cons. Miriam Barcellos: A expectativa não é minha, a expectativa é da criação do conselho.

Rubens ??? : Eu sei. Tá ok. Mais alguma pergunta? Então está ok. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Miriam, você colocou a questão da reestruturação da Secretaria, né, eu assim, em vários momentos nós chegamos a essa questão, tanto do CONFEMA como do CADES, dentro da reestruturação da Secretaria, seguiu um sentido de oportunidade, no que era mais urgente, mais do que não caracterizava uma, um movimento de mudar, fundamentalmente a lei que tinha passado pela Câmara e tal, então dentro da questão do CONFEMA, isso em vários momentos nós colocamos pra vocês, mandamos o projeto de lei, vocês tinham conhecimento disso, uma questão que ela sempre foi colocada era pra não ter a distinção na sociedade civil entre a vaga para organizações ambientalistas



e não ambientalistas, então ficaram duas organizações ambientalistas, certo? Duas. Como eram antes, nós temos aqui além dos representantes da Secretaria, Secretaria do Verde, a Secretaria de Finanças e Planejamento, nós temos um representante que vem do CADES, então ele pode ser tanto do governo, como da sociedade civil, depende de quem é indicado pelo CADES, não é?

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Civil então predomina sociedade civil, né? E os outros dois representantes eleitos, que inclusive já tem editais publicados em jornais de grande circulação, está aberto pra cadastramento das entidades sociedades civil sem fins lucrativos ambientalistas para a eleição do CADES que deve ser na metade, CONFEMA, desculpa, que deve ser na metade do ano, a gente até separou pra garantir uma clareza no processo CONFEMA depois a gente já vai estar abrindo para o recadastramento pras entidades habilitadas ao CADES, que aí tem uma mudança maior, porque são dez representantes, tem uma ligação com áreas da cidade, então pra separar pra gente não fazer uma confusão e pra quem se interessar saber ao que que tava se candidatando ou no que tava se inscrevendo.

Cons. Miriam Barcellos: É, os dois, Miriam Barcellos, os dois conselhos são complementares, né, o CADES e o CONFEMA. E nós temos voz no CADES, agora, mas eu agradeço essa definição de colocar de uma forma mais ampla, mais, enfim, ao mesmo tempo mais específica, de representantes da sociedade civil, os ambientalistas da sociedade civil que houve realmente uma má interpretação da lei anteriormente. E agradeço que foi uma luta nossa de muito tempo. Mas mesmo assim, acredito que nós poderíamos ter uma representação realmente paritária, não é paritária. Tem mais representantes da sociedade, da administração pública, que da sociedade civil. E ao mesmo tempo, uma outra coisa, a nossa eleição, a eleição que traz no conselho os representantes da sociedade civil, é realizada a cada dois anos, não é isso? E os representantes dos governantes mudam a toda hora, trazendo vários transtornos, porque entram pessoas novas, que precisam de um tempo pra se conscientizar, pra tomar conhecimento da função e ao mesmo tempo as pessoas acabam não se vinculando porque elas mudam de acordo com as mudanças governamentais, isso precisaria também ter uma certa organização, porque isso transtorna o trabalho do conselho como um todo.

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho que a gente sente mais isso no CADES, Miriam, aqui no CONFEMA desde que eu to acompanhando, eu percebo que tem uma certa constância, você acho que pode lembrar, nós não tivemos tantas mudanças aqui no CONFEMA anteriormente como eram representadas as secretarias, não senti tanto isso, o CADES isso aparece mais, por conta do seu número grande, de muitas secretarias e tal, agora, ao mesmo tempo tem posições que entendem que não devem se vincular a mandato de governo mesmo, eu sei que é um desafio que a gente tem porque as vezes o funcionário como ele é de confiança, ele representa o secretário, o secretário muda e ele não se mantém, às vezes se mantém, né. Mas isso é um problema constante nos conselhos com a representação de Governo, a gente tem essa questão mesmo.

Cons. Miriam Barcellos: Nós tivemos uma sorte muito grande que a Secretaria de Finanças ficou o mesmo representante durante todo o tempo desde a organização e como ele trabalhou na organização do CONFEMA, tem muita contribuição dele na organização do CONFEMA, e tivemos sorte, no momento da mudança porque ele realmente não podia mais continuar, temos uma representante com a capacitação da conselheira que está aqui



hoje, então, mas as outras secretarias, elas realmente mudaram muitas vezes, muitas vezes, de uma forma que, e muitas vezes de pessoas que não tinham nada a ver, também tem que ter uma certa ligação, afinidade com as funções do conselho.

Coordenadora Helena Magozo: Tentamos garantir isso nas conversas, quando a gente pede indicação, né? Informalmente, mas realmente formalmente a delegação é do secretário, a gente não consegue garantir isso. É um nó mesmo que a gente tem, se você tiver proposta que a gente consiga garantir isso, agora é pedir, olha, a pessoa às vezes a gente, olha tal pessoa é uma pessoa diretamente interessada, avalie, mas não posso dizer, agora, é uma questão que tem um nó nisso mesmo, né?

Presidente em exercício Hélio Neves: Não podemos garantir nem mesmo que amanhã vocês vão continuar sempre em finanças, não tem muito como dar essa garantia de perpetuidade num período, não tem jeito. E por outro lado, é uma representação de governo, então vai ter sempre essa questão de ser uma pessoa de confiança do secretário, acho que não tem como escapar. O que acho que cabe é a gente ter um trabalho tão bacana, tão legal que elas gostem e queiram continuar ajudando a gente a conduzir as coisas aqui, né?

Coordenadora Helena Magozo: Bom, então acho que a gente vai terminando a reunião agradecendo a presença de todos. Muito obrigada.